

O PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Eliana Bolorino Canteiro MARTINS*

- RESUMO: Este artigo foi produzido com as informações e reflexões obtidas na pesquisa de doutorado intitulada – Educação e Serviço Social: elo para construção da cidadania, defendida na PUC/SP, em 2007. Trata do perfil profissional dos profissionais que estão inseridos na rede municipal de ensino dos vinte oito municípios paulistas que participaram da referida pesquisa.
- PALAVRAS CHAVES: Serviço Social. perfil profissional. educação básica municipal.

INTRODUÇÃO:

[...] O homem, por mais que seja um indivíduo particular, e justamente é sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser social individual efetivo – é, na medida, a totalidade, a totalidade ideal, o modo de existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe tanto como instituição e gozo efetivo do modo de existência social, tanto como uma totalidade de exteriorização de vida humana. (MARX, 1974, p.16).

A profissão do assistente social é tecida por sujeitos sociais que trazem a marca da sua condição de classe social, da cultura adquirida, da sua condição de gênero e etnia, numa relação dialética entre o individual e o coletivo, construindo nos diferentes contextos históricos uma identidade profissional constituída e constituinte. Diante deste pressuposto, considera-se importante delinear um breve perfil dos assistentes sociais inseridos na política de educação municipal no Estado de São

* Doutora em Serviço Social – PUC/SP – São Paulo/SP. Assistente Social do Poder Judiciário do Estado de São Paulo. Fórum de Paulínia.

Paulo, conhecendo algumas características pessoais e profissionais.

O referido perfil refere-se aos assistentes sociais que atuam na área da educação em 28 municípios do estado de São Paulo. Estes 55 Assistentes Sociais foram sujeitos da pesquisa acima referida.

CARACTERÍSTICAS PESSOAIS

Apresenta-se a seguir algumas características pessoais do conjunto de assistentes sociais pesquisados, que interagem na construção da identidade profissional dos assistentes sociais que atuam na área da educação paulista.

Quase a unanimidade de profissionais é do sexo feminino, ou seja: 98,18%, sendo apenas 1,82% do sexo masculino, o que corresponde à realidade profissional, cuja identidade, historicamente construída, é marcada pela presença da mulher.¹ O perfil sócio-histórico dos assistentes sociais tem traços marcantes: é uma profissão “atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma” (Iamamoto, 1998, p. 64).

Iamamoto aponta ainda uma interessante questão sobre este recorte de gênero que, no seu entendimento, explica “os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico” (1998, p. 64).

No contexto da educação acrescenta-se que a maioria dos educadores também é do sexo feminino, portanto, participe destas questões atinentes ao gênero na sociedade brasileira. Por outro lado, é importante ressaltar os traços político-culturais, historicamente construídos pelo Serviço Social e pelos

1 O protagonismo da mulher na sociedade tem sido essencial, derrubando fronteiras e desfazendo preconceitos, em diferentes áreas. Por exemplo, segundo indica os dados do IBGE, a participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA) aumentou 2,5% em 2003, contra 1,6% dos homens, demonstrando o crescimento da força de trabalho feminina.

educadores, protagonistas de lutas na afirmação de direitos sociais. No momento atual de profundas transformações no mundo do trabalho, na era da reestruturação produtiva, no processo de 'acumulação flexível' (HARVEY, 1995), aprofunda-se a superexploração da força de trabalho e inclui-se a força de trabalho feminina, que emancipa a mulher, ainda que de modo parcial e "precariza de modo acentuado; oscilando, portanto entre a emancipação e a precarização, mas buscando caminhar da precarização para a emancipação" (Nogueira, 2004 p. 94).

De acordo com esta perspectiva, as profissionais, assistentes sociais, não estão alheias a este processo, conciliando ainda a dupla jornada, entre "trabalho e casa". A solicitação da indicação do estado civil das assistentes sociais ilustra exatamente esta questão, mostrando as inserções sociais que acabam influenciando nas condições profissionais. A maioria dos profissionais, 65,45%, tem a condição de casada; 18,18% declararam ser solteiros; 12,73% indicaram a opção de estado civil separado ou divorciado e 3,64% dos profissionais não responderam.

Em relação à faixa etária, há uma concentração em dois grupos: primeiro está a faixa etária de 31 a 40 anos representando 45,45% dos sujeitos pesquisados, em seguida a faixa etária entre 41 e 50 anos, com 34,54%, além de 12,72 % na faixa etária de 20 a 30 anos, e uma pequena parcela, 7,29% acima de 50 anos. A concentração de assistentes sociais na faixa etária entre 31 a 50 anos (79,99%) é uma questão plena de significados para a compreensão dos vínculos com o trabalho, pois envolvem a formação de valores influenciados pelo contexto histórico no qual foram formados e que são espectros de comportamentos e posicionamentos diante da prática profissional desencadeada nas instituições educacionais.

Estes profissionais vivenciaram, na sua juventude (década de 60/70/80), momentos históricos contraditórios, marcados pela transição do regime militar para o processo de democratização do Brasil. Período de crises econômicas, políticas e culturais que, certamente, influenciou a sua formação pessoal e profissional.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional é uma das grandes preocupações da categoria profissional do Serviço Social e por isso vem sendo alvo de debates mobilizados, principalmente, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.² Ressalta-se que a distribuição das instituições educacionais que oferecem o ensino de graduação em Serviço Social no Brasil é irregular, com evidente concentração na Região Sudeste do país, conforme informações da ABEPSS em 2005, ou seja: na Região Norte há 6 instituições; na Região Nordeste há 11 instituições; na Região Centro-oeste há 5; na Região Leste há 14; na Região Sul I há 23, e na Região Sul II há 24 instituições.

A situação dos assistentes sociais pesquisados demonstra que são provenientes de várias unidades educacionais, concentrando a maioria na Região Sul II com 94,56%; na Região Sul I, 3,63% e finalmente na Região Nordeste 1,81%.

Outra característica marcante em relação à formação profissional dos assistentes sociais relaciona-se à natureza das instituições onde foram formados, sendo que apenas 7,28% dos assistentes são provenientes de instituição pública, inclusive a única existente no Estado de São Paulo (Unesp), e os demais 92,72% são formados em instituições privadas, demonstrando a mercantilização do ensino superior com o avanço do ensino particular no Brasil em detrimento do investimento público.

Apesar de as instituições de graduação dos profissionais pesquisados estarem concentradas na mesma Região Sul II, principalmente no Estado de São Paulo, a diversidade de instituições de ensino aponta diferentes perspectivas de formação profissional, apesar de o ensino de graduação em

² Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS: entidade sem fins lucrativos criada em 1946 (inicialmente denominada Associação Brasileira de Serviço Social – ABESS) constituída pelas Unidades de Ensino de Serviço Social, possuindo atualmente 83 Instituições de Ensino afiliadas, sendo que destas apenas 5 são públicas. A ABEPSS é formada por seis regiões: Região Norte, Região Nordeste, Região Centro-oeste, Região Leste, Região Sul I e Região Sul II. A Região Sul I é formada pelos seguintes estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a Região Sul II pelos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Serviço Social ser regido por um currículo mínimo, proposto pela ABEPSS, após 1982. O processo histórico construído em cada unidade de ensino, sua inserção no debate sobre a profissão, enfim, suas peculiaridades, interferem na direção social proposta na formação profissional.

Outra questão que influencia na construção da identidade profissional refere-se ao período histórico de formação dos profissionais.

Atenua esta situação a constatação do registro do período de conclusão da graduação dos profissionais pesquisados, em decorrência da trajetória histórica da profissão e, portanto, da formação profissional naquele determinado contexto.

Verifica-se que o período em que há maior incidência de formaturas dos assistentes sociais pesquisados é a década de 1990, com 40% de incidência, em seguida a década de 1980, perfazendo um total de 34,54%. Na década de 1970, após 1975, encontram-se 12,73% dos assistentes sociais e a formatura mais recente ocorreu a partir do ano 2000, com 12,73% assistentes sociais. Interpretando estas informações verificou-se que os 55 profissionais pesquisados formaram-se após a segunda metade da década de 1970, portanto, no momento em que ocorreu, na América Latina, e especificamente no Brasil, o denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social.³

Segundo Yasbek (1999) emergiram, no bojo do Movimento de Reconceituação, diferentes vertentes de análise que orientam o exercício profissional, ou seja:

- a vertente modernizadora: incorporando abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas voltadas para a modernização conservadora. A instituição e a profissão são fundamentadas na busca da eficiência e eficácia (modernização tecnológica);
- a vertente inspirada na fenomenologia: tendência que prioriza as concepções de pessoa, diálogo e transformação social dos sujeitos, conforme analisa Netto (1990) é uma reatualização do conservadorismo;

³ Verificar análises sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social em Netto (1990) entre outros.

- a vertente marxista: traduzida pela consciência da profissão de sua inserção a sociedade de classes. Aproxima-se da teoria marxista, porém sem o aprofundamento das obras de Marx.

Estes referenciais acompanham o processo de amadurecimento da profissão, construindo, com o aprofundamento da teoria marxista, uma vertente comprometida com a ruptura, conforme análise de Netto (1990); posicionamento que é hegemônico nas entidades representativa da formação e do exercício profissional (CFESS/CRESS/ABEPSS) e ao qual esta pesquisa se filia. A obra de Yamamoto (1982) torna-se um divisor de águas na produção crítica do Serviço Social e inicia a efetiva interlocução da profissão com a teoria social de Marx.

O contexto social dos anos de 1980, período de efervescência política com o fortalecimento do movimento de democratização do país, iniciado com o movimento de resistência à ditadura na década anterior, repercute na profissão, situação representada pela organização e mobilização da categoria na realização do V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizado em São Paulo, que demonstrou a busca de alternativas aos desafios do processo histórico brasileiro para a sociedade em geral e particularmente para a categoria profissional.

A passagem dos anos 70 aos 80 com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais, abriu novas perspectivas para os Assistentes Sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo. E estes assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica (NETTO, 2005, p.17).

Em relação à formação acadêmica neste período, houve amplo debate da categoria profissional e instituiu-se um currículo mínimo, de âmbito nacional e também se consolidou a pós-graduação (mestrado e doutorado) fortalecendo a produção de conhecimentos no serviço social brasileiro, sendo que a primeira instituição a implantar o doutorado foi a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Entre 1994 e 1996 foram realizadas várias oficinas nas unidades acadêmicas filiadas à ABEPSS visando à revisão curricular, organizando uma proposta nacional para o Serviço Social, que foi aprovada em assembléia geral da ABEPSS em novembro de 1996, e encontra-se em vigor até os dias atuais.

Diretrizes que estabelecem um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade e descentralização do ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade (ABEPSS, 1996).

O que se sobressai no projeto que fundamenta esse currículo é que ele inaugura uma direção social fundada no paradigma da teoria social crítica, indicando uma ruptura com as fontes tradicionais da profissão. Neste sentido, o serviço social, profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, possui uma dimensão histórica; portanto, a compreensão da profissão só é possível interpretando-se o processo de produção e reprodução da vida social nas diferentes conjunturas históricas. Em cada realidade social, inserida em dado momento histórico, existem determinações que influenciam tanto as demandas profissionais quanto as suas respostas, munindo-se de estratégias de enfrentamento, organizadas pela categoria profissional.

Na década de 1990, instauraram-se os marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado e o avanço da lógica liberal, alterando o contexto político, econômico e social da realidade brasileira com várias mudanças societárias, destacando-se: as mudanças no mercado de trabalho acopladas ao mote da flexibilização; decorrentes deste processo erodiram as bases do Sistema de Proteção Social e foram redirecionadas as intervenções do Estado em relação à questão social, alterando-se as políticas sociais.

A política social, submetida aos ditames da política econômica, é redimensionada ante as tendências de privatização, de cortes nos gastos públicos para programas sociais, focalizados no atendimento à pobreza e descentralizados na sua aplicação. Os impactos da redução dos gastos sociais e a conseqüente deteriorização dos serviços sociais públicos dependeram das relações entre Estado e

sociedade, das desigualdades e das políticas sociais anteriormente existentes ao programa de “contra-reforma” (IAMAMOTO, 2004 p. 121).⁴

A lógica predatória imposta pelo capitalismo globalizado, com a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores, reitera as desigualdades, gestando novos impasses e desafios para toda a sociedade e, especialmente, para os assistentes sociais: trabalho infantil, violência doméstica, discriminações de gênero, raça e etnia, drogas e tantas outras questões relativas ao acirramento da desigualdade social.

Contraditoriamente a este contexto adverso, o Serviço Social, em conjunto com as lutas sociais travadas pela sociedade num processo histórico de grandes embates, empenha seus esforços para garantir a conquista dos direitos sociais constitucionalmente regulamentados. Neste prisma, o desafio da profissão é a consolidação do projeto ético-político,

que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (NETTO, 1999, p.104).

O projeto profissional do Serviço Social, construído coletivamente pela categoria profissional, expressa o processo de lutas pela hegemonia entre as forças sociais presentes na sociedade e na profissão e revela o desenvolvimento teórico e prático da profissão, fruto do embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador.

A base normativa deste projeto profissional se expressa na Lei nº 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão, e no Código de Ética Profissional de 1993, que prescreve os seguintes princípios:

- o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, da

⁴ Em relação ao projeto neoliberal e às políticas sociais, verificar estudo: Behring, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma – desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos;

- a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;
- a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia – da socialização da participação política e da riqueza produzida;
- o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;
- o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo;
- o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores.

Destaca-se no referido Código de Ética Profissional o princípio que afirma: “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”; e outro que descreve: “o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva de competência profissional” (Código de Ética Profissional – Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993).

Tendo como pressuposto a importância da capacitação profissional, estabelecendo estreita articulação do profissional com os avanços obtidos no campo teórico-metodológico na área de Serviço Social é que ocorreu o interesse de conhecer o investimento dos profissionais em sua formação continuada, constatando a quantidade de profissionais que possuem este projeto e os temas centrais dos cursos por eles realizados.

Em relação à participação dos profissionais em cursos de pós-graduação verificou-se que freqüentaram cursos de aperfeiçoamento, especialização e mestrado trinta (30) profissionais, portanto, 54,55% e os demais profissionais, 45,45% não participaram de nenhum curso de pós graduação, sendo distribuídos da seguinte forma:

- Mestrado 1,82%, realizado na Unesp de Franca, concluído no ano de 1999.
- Especialização 32,73%.
- Aperfeiçoamento 5,45%.
- Aperfeiçoamento e especialização 9,09%.
- Duas especializações 1,82%.
- Cinco especializações 1,82%.
- Especialização e aluna especial de mestrado 1,82%
- Nenhum Curso 45,45%.

A seguir, são registrados os temas centrais destes cursos e a sua incidência.

Alerta-se para o fato de o mesmo profissional ter realizado mais de um curso e, portanto, mais de um tema.

Quadro 1: Distribuição dos temas dos Cursos de Pós-Graduação realizados pelos assistentes sociais.

Temas Centrais	Incidências
Pedagogia/Educação Formal	8
Terapia Familiar/Sistêmica	7
Administração/Recursos Humanos	8
Violência Doméstica	10
Políticas Sociais Públicas	4
Serviço Social/Metodologia Supervisão	3
Serviço Social Escolar	1
Saúde Mental/Psicoterapia	4
Total	45

Fonte: Pesquisa realizada com os assistentes sociais que atuam na área da educação nos municípios paulistas, período 2005 -2006.

Analisando a incidência das temáticas dos cursos, observou-se a seguinte relação em ordem decrescente:

- Violência doméstica.

- Pedagogia ou educação formal juntamente com a temática administração e planejamento de recursos humanos.
- Terapia familiar.
- Políticas Públicas com a mesma incidência da temática saúde mental.
- Serviço Social escolar, curso de aperfeiçoamento, incluindo conteúdos referentes à educação especial, educação inclusiva, questões do processo de ensino e aprendizagem, os Parâmetros Curriculares Nacionais.

As informações acima descritas apontam que a maior incidência dos cursos de pós-graduação freqüentados pelos assistentes sociais que atuam na educação estão relacionados, em primeiro lugar, à temática que aborda a violência doméstica,⁵ seguida dos conhecimentos referentes à pedagogia e, em terceiro lugar, à terapia familiar. Os cursos que tratam especificamente do Serviço Social e das políticas públicas, *locus* prioritário de intervenção do Serviço Social, não são priorizados.

Relacionando estas informações com a prática profissional, observa-se que os motivos que justificam o interesse profissional por estes temas específicos visam responder às demandas/requisições postas para os profissionais nesta área. Identificou-se que uma das demandas requisitadas pelas instituições educacionais aos assistentes sociais relaciona-se com a questão da violência doméstica, que implicitamente traz à tona situações relacionadas à dinâmica familiar.

A presença cotidiana de crianças e adolescentes nas unidades educacionais e a relação próxima entre os educadores e alunos tornam estas instituições locais privilegiados para a identificação de situações de violência doméstica. É, portanto, primordial que os profissionais que atuam neste espaço institucional estejam informados e preparados para identificar este fenômeno sociofamiliar, assim como efetivar os devidos

⁵ “Violência doméstica contra criança e adolescente é todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e adolescente. São classificadas como: violência física, sexual, psicológica” (GUERRA, 2004). O Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8.069 de 13/9/90, coloca sob proteção a criança e o adolescente contra qualquer forma de maus-tratos e determina penalidade para quem pratica o ato e para quem se omite em denunciá-lo.

encaminhamentos. O Serviço Social tem sido um grande aliado na luta para que os índices de violência doméstica sejam reduzidos, efetivando ações de cunho preventivo e de acompanhamento das situações identificadas, intervindo no âmbito da família.

O interesse dos assistentes sociais pelos conhecimentos específicos da área da pedagogia justifica-se pela área de atuação profissional, a educação, porém fica uma lacuna em relação à necessidade de o profissional conhecer a Política de Educação para interpretar os meandros desta política, visando criar estratégias que qualifiquem as respostas profissionais efetivadas nesta área. A intervenção junto às famílias⁶ é historicamente constituída como uma das atribuições do assistente social e, conforme indicado pelos profissionais pesquisados, tem sido uma demanda institucional sempre presente no contexto da educação, o que justifica o interesse pelos cursos específicos de terapia familiar.

Na questão referente ao trabalho do assistente social com famílias, coexistem posicionamentos diferentes em relação às teorias que devem fundamentar esta prática. A utilização dos conhecimentos e até a aplicação propriamente dita da terapia familiar sistêmica tem sido largamente divulgadas. Amplia-se a participação de assistentes sociais nos cursos de terapia familiar: os dados desta pesquisa ilustram esta afirmação, sendo corroborado em outras pesquisas que investigam a prática profissional dos assistentes sociais.⁷

Entende-se que nos espaços das instituições educacionais não cabe uma intervenção profissional dos assistentes sociais com as famílias, na perspectiva terapêutica, conforme proposta pela terapia familiar, mas sim uma intervenção na relação da

⁶ Concepção de família, segundo a vertente sócio-histórica: "pessoas que convivem juntas, assumindo o compromisso de uma ligação duradoura entre si, incluindo a relação de cuidados entre adultos e deles com as crianças e idosos. A família se modifica de acordo com a realidade vivida, tendo relação com o contexto em que se insere, sofrendo alterações ao longo dos tempos" (SZYMANSKI, 1992 p.15).

⁷ Cf. Torres, Mabel Macarenhas. A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social. Tese de doutorado, PUC/SP, (2006). Esta pesquisa destaca que 24,28% dos cursos de especialização realizados pelos assistentes sociais pertencentes ao cone leste paulista são na área de terapia familiar sistêmica.

família com o Estado, especificamente através das políticas públicas. De acordo com os estudos de Miotto e Campos (2003), os sistemas atuais de proteção social, tanto em termos dos dispositivos legais como operacionais, referendam a centralidade da família nos programas sociais, principalmente a partir da década de 1990, sendo possível afirmar que no país temos uma orientação eminentemente "familista".⁸

Neste sentido, é imprescindível que o assistente social, ao atuar com famílias, reconheça que nas últimas décadas, após ajuste estrutural, a família tem empobrecido e, conseqüentemente, vem diminuindo a sua capacidade protetora. Portanto, é necessário estar atento para não "culpabilizar", mais uma vez, a família pelas questões sociais, mas aglutinar esforços visando a atenção pública, o que supõe investir na construção de redes sociais que ofereçam apoio e recursos materiais, combinando investimentos na esfera material e orientações ético-culturais pertinentes às exigências que lhe são conferidas no terreno da produção e socialização dos indivíduos.

De forma geral, evidencia-se a preocupação dos assistentes sociais em adquirir conhecimentos específicos que lhes possibilitem qualificar a prática profissional desenvolvida e que não foram suficientemente abordadas no decorrer do processo de graduação. A compreensão de como estes cursos qualificam a ação desencadeada pelo serviço social na política de educação pode, inclusive, apontar conteúdos a serem incorporados na formação profissional. Esta questão está ancorada no debate profissional em relação à formação profissional, ou seja, deve ser generalista ou especialista.

Ratifica-se o posicionamento de Netto ao afirmar sobre a importância de manter o perfil generalista da graduação, capaz de decifrar a realidade social, numa perspectiva crítica, e

⁸ "Familismo, na expressão empregada por vários autores, em especial Esping-Andresen, 1999 e Sacareno, 1994, deve ser entendido como uma alternativa em que a política pública considera – na verdade exige – que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social. Justamente porque não provê suficiente ajuda à família, um sistema com maior grau de familismo não deve ser confundido com aquele que é pró-família" (MIOTTO E CAMPOS, 2003 p.170).

instituir a especialização como requisito para o exercício profissional. Esta posição

[...] delinea a única solução que me parece assegurar o desenvolvimento da cultura profissional num sentido congruente com a direção social estratégica que se construiu na entrada dos anos 90: pode assegurar a qualificação para a intervenção localizada (ação focal) à base de uma compreensão estrutural de problemática focalizada. E é nessa alternativa, que se poder fundar conseqüentemente a noção de uma formação profissional contínua (NETTO, 1996, p.125).

Sob este prisma não há contraposição e sim complementaridade entre a base generalista da explicação da realidade social e a capacitação especial dos profissionais que atuam em áreas específicas, conforme aponta Netto (1996). Ressalta-se que, no que se refere ao Serviço Social na área da educação, tanto na graduação como na especialização, ainda são limitadas as oportunidades de debate teórico-prático acerca do Serviço Social neste espaço socioocupacional, nos mais diferentes níveis de atuação da política de educação pública.

O conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nesta perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. (IAMAMOTO, 1998, p.63).

Partindo dessa premissa, considera-se que o conhecimento das políticas sociais e, especificamente, da política da educação, qualifica a prática profissional do assistente social. Considerando isso, os sujeitos desta pesquisa foram questionados, nas entrevistas focais, a respeito do posicionamento dos assistentes sociais sobre esta questão. Foram unânimes em afirmar a importância do conhecimento da política de educação, nos diferentes níveis de governo, e sua influência na política de educação municipal. Destacaram a

importância de conhecer a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais, as diretrizes políticas da educação básica, especificamente educação fundamental e educação infantil, e também os aspectos que tratam do financiamento da educação, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.

Acrescentaram ainda, como essencial, o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, suporte jurídico de atenção a todas as crianças e adolescentes.

Evidencia-se também a necessidade de os assistentes sociais interpretarem criticamente a LDB, compreendendo seus meandros, sua intencionalidade política, apontando inclusive uma crítica aos profissionais, mostrando a necessidade de debater a lei, fator essencial que pode indicar estratégias de ação coletiva em prol dos interesses da criança, do adolescente - e da família --, que freqüentam a escola pública.

No âmbito geral, os profissionais reconhecem a importância do conhecimento do ordenamento jurídico que fundamenta a política de educação. Como foi possível observar nos depoimentos, as leis e documentos mais citados são: o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Constata-se, porém, que há ainda uma imperiosa necessidade de aprofundar os conhecimentos dos assistentes sociais a respeito do arcabouço legal e ideológico da política de educação, que é ancorado na LDB, mas que não se restringe a ela, pois existem fatores que extrapolam sua dimensão legal:

[...] a expressão e disputa de interesses diferenciados e por vezes conflituosos; a arquitetura institucional que ganha certa autonomia nas dinâmicas e particularidades dos diferentes estabelecimentos da burocracia estatal e na relação entre as distintas instâncias governamentais; e o grau de organização e a capacidade de pressão e interferência das corporações e movimentos sociais. (ALMEIDA, 2005, p.14).

Neste sentido, o conhecimento do ordenamento jurídico que fundamenta a política de educação circunscreve-se como a etapa inicial do processo de análise que os profissionais precisam realizar para compreender a política de educação em sua totalidade “não só como um aparato institucional legal e administrativo que se inscreve no âmbito do Estado, mas como espaço contraditório de disputas e que se altera histórica e politicamente mediante a ação dos sujeitos sociais” (Almeida, 2005, p.14). Pode-se concluir, de acordo com os depoimentos dos sujeitos pesquisados, que o conhecimento das legislações específicas e das diretrizes da política de educação e seus meandros são instrumentos imprescindíveis para o fortalecimento da prática profissional neste espaço socio-ocupacional, visando garantir a educação como direito social.

Fazendo um paralelo da inserção do assistente social na política de educação com a efetiva trajetória histórica do Serviço Social na política de saúde, verifica-se que o reconhecimento do Serviço Social, da sua contribuição efetiva neste espaço socioocupacional, firmou-se em decorrência do empenho em compreender a estrutura político-administrativa da Política de Saúde brasileira e do processo de envolvimento profissional nas lutas coletivas organizadas na saúde pública. A mesma compreensão precisa ocorrer com os assistentes sociais que atuam na política de educação, pois o

[...] saber, ao mesmo tempo em que se propõe como desvendamento dos nexos lógicos do real, se tornando então instrumento do fazer, propõe-se também como desvendamento dos nexos políticos do social, tornando-se instrumento de poder (Severino, 1995, p. 53).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Considerando que a formação profissional é um processo contínuo, construído também por intermédio de experiências concretas e reflexões teóricas sobre as mesmas, foi solicitado aos

assistentes sociais que descrevessem as três últimas experiências profissionais. Do total de 55 assistentes sociais, 28% têm como primeira experiência profissional no Serviço Social o trabalho na área da educação, e o restante, 72%, realizaram trabalhos anteriores, em ordem decrescente, que se concentram nas seguintes áreas: assistência social, principalmente em prefeituras municipais; com educação especial, destacando-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e com o segmento criança e adolescente nas mais diferentes frentes de atuação, ou seja: adolescentes em conflito com a lei e em diversos projetos socioeducativos. Outras áreas com menor incidência são: saúde pública, saúde mental, habitação, empresa e judiciário.

Com a intenção de avaliar a experiência profissional dos assistentes sociais, especificamente na área da educação, questionou-se o tempo que o profissional atua nesta área e observou-se a distribuição nos seguintes períodos:

- menos de um ano até dois anos 29,10%;
- três a seis anos 25,45%;
- oito a dez anos 20%;
- doze a quatorze anos 3,64%;
- quinze a dezesseis anos 3,64%;
- dezessete a dezenove anos 10,90%;
- não responderam esta questão 7,27%.

Analisando estes dados, observou-se a incidência de contratação dos assistentes sociais na política de educação municipal no Estado de São Paulo de acordo com os períodos, conforme segue: 10,90% foram contratados na década de 1980; 30,90% na década de 1990 e 58,20% no ano 2000 e seguintes. Portanto, o maior índice de inserção profissional do assistente social na política de educação ocorreu nas décadas de 1990 e 2000, podendo inferir que as mudanças imprimidas na educação, após o advento da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996, influenciaram a ampliação de contratação deste profissional neste espaço socioocupacional.

As regulamentações jurídicas trazem mudanças no âmbito da educação, entre elas à transferência das creches da assistência social para a educação, a municipalização do ensino fundamental, a

presença de projetos sociais no espaço escolar, a necessidade de ampliação da relação da escola com a comunidade, novidades que desencadeiam uma série situações que sobrecarregam os educadores e com as quais eles não conseguem lidar, questão que será problematizada no decorrer desta tese.

Complementando esta temática, constata-se que, em relação à produção de conhecimentos dos assistentes sociais pesquisados, 16,37% deles não realizou nenhuma produção, e a maioria, 83,63% possui produções como artigos, comunicação oral, painéis, além de participação em eventos – dado que confirma a tendência destes profissionais em sintonizar-se com as instâncias de debate teórico da profissão.

Em relação à supervisão de estagiários de serviço social, verificou-se que apenas 27,28% dos assistentes sociais efetivam esta atividade profissional, portanto a maioria deles (72,72%) não realizam a supervisão de estagiários. Dentre os 15 profissionais que realizam a supervisão em Serviço Social, constatou-se o tempo que acumulam esta experiência, obtendo as seguintes escalas: a maioria, ou seja, 53,33% realiza supervisão de estágio entre um a dois anos; 33,33% entre quatro a cinco anos e há mais de dez anos 13,33%.

O estágio supervisionado é um momento privilegiado no processo de formação profissional do assistente social, pois representa a possibilidade de aproximação com a realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o exercício profissional. O assistente social supervisor de campo

[...] contribui com o aluno na particularização da problemática que envolve a ação profissional no tocante às especificidades dos organismos institucionais, o que exige uma apropriação ao projeto acadêmico-pedagógico do curso e, em especial, às orientações adotadas no ensino da prática (Iamamoto, 1992, p. 206).

Ao efetivar o papel de educador, transmitindo conhecimentos e experiências, ocorre um processo de reflexão diante da realidade situada naquele determinado espaço socioocupacional, exigindo do profissional supervisor uma

avaliação constante dos limites e possibilidades institucionais e profissionais. Portanto, enfrentar o desafio da supervisão exige uma aproximação com a academia, participando do processo de qualificação/capacitação desencadeado pelas instituições de ensino. Desta forma, entende-se o interesse e empenho dos profissionais em relação ao exercício do papel de supervisor de campo, que tem duplo significado: contribuir com a formação profissional de futuros assistentes sociais e exercitar o processo reflexivo da prática profissional qualificando-a diariamente.

Os 55 assistentes sociais foram abordados em relação a sua participação política em sindicatos, órgãos representantes da categoria profissional e conselhos de direito.

Evidenciou-se a participação de 29,09% dos sujeitos pesquisados nos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais e 34,55% nos órgãos representativos da categoria profissional Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, restando, do total dos profissionais pesquisados, 36,36% que não participam.

A intenção de compreender a direção política da prática profissional desenvolvida pelos profissionais na área da educação envolve a análise do grau de participação política especificamente nos conselhos de direito. Salienta-se que os conselhos de direito,⁹ instâncias de exercício de experiência democrática, são um espaço político onde o profissional tem oportunidade de lutar por ações afirmativas, oferecendo visibilidade ao projeto hegemônico da profissão.

A participação do assistente social nos conselhos, representando os segmentos ou instituições nas quais atua, possibilitam ser o porta-voz dos interesses coletivos, construindo articulações e parcerias com diversos atores envolvidos, visando em última instância ampliar o acesso da

⁹ Conselhos de direito: “são considerados condutos formais de participação social, institucionalmente reconhecidos com competências definidas em estatuto legal e com objetivo de realizar o controle social de políticas públicas setoriais ou de defesa de direitos de segmentos específicos”. Sua função é garantir, portanto, os princípios da participação da sociedade nos processos de decisão, definição e operacionalização das políticas públicas, emanadas da Constituição Federal. Ou seja: são instrumentos criados para atender e cumprir o dispositivo constitucional no que tange ao controle social dos atos e decisões governamentais” (GOMES, 1999, p.166).

população aos seus direitos. Portanto, averiguar o interesse dos profissionais por esta participação, revela o grau de envolvimento destes com o seu trabalho.

Em relação à distribuição da participação dos assistentes sociais por Conselhos Municipais constata-se que, do total de 55 assistentes sociais, 22 (40%) participam de algum conselho, sendo a frequência distribuída da seguinte forma:

- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente: participam 21,82% dos profissionais.
- Conselho Municipal de Assistência Social: participam 10,90%.
- Conselho Municipal das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais: participam 1,82%.
- Conselho Municipal Antidrogas: participam 3,64% profissionais.
- Conselho Municipal de Educação: participam 1,82% dos profissionais.
- Não atuam em Conselhos de Direito, 60% dos profissionais.

Constata-se que ainda é pequena a participação dos assistentes sociais nas instâncias de poder decisórias, considerando a importância da contribuição dos mesmos, devido à bagagem profissional que possuem, podendo colaborar com a construção de uma cultura democrática, “condição indispensável para a emergência da contra-hegemonia e da resistência” (IAMAMOTO, 1998).

Os resultados da pesquisa confirmam a maior participação dos assistentes sociais nos Conselhos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, considerando a estreita relação da profissão com estas políticas sociais, ratificando o resultado da pesquisa sobre o Perfil Profissional do Assistente Social no Brasil, realizado em 2004, promovido pelo CFESS, que indica a concentração de 25,12% de profissionais participando de Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e 35,45% de Conselho Municipal da Assistência Social.

O conselheiro assistente social exerce seu processo de trabalho num campo privilegiado de controle social e de apreciação de macropolíticas. Nestas condições, ao exercer a função de conselheiro, o desempenha fazendo uso de seu conhecimento específico já que lida com objetos que têm afinidades com os objetivos da sua profissão, qual sejam: a questão social e as políticas sociais relacionadas a essa questão. Desempenha o mandato utilizando-se de seus conhecimentos teórico-operativos pondo-os a serviço das causas e finalidades do conselho. A função de conselheiro, no caso do assistente social, contempla uma faceta do seu exercício profissional que é sua intrínseca dimensão política. Aliás, nos conselhos, o Serviço Social realiza de modo visível sua dimensão política, posto serem estes por excelência, *locus* de fazer política (IAMAMOTO, 1998, p. 124).

Desta forma, a ampliação da participação dos assistentes sociais nos Conselhos Municipais de Educação é primordial, desvelando informações coletadas por intermédio da investigação sistemática que retratem a realidade concreta dos usuários da política de educação, publicizando suas demandas e interesses. Outra contribuição importante do assistente social é a de motivar e mobilizar a participação de representantes da comunidade escolar nos conselhos de direito pertinentes, ampliando a presença ativa nos instrumentos legais de controle social.

Neste sentido, é preciso que ocorra uma

[...] reavaliação da dimensão política da prática profissional e de seu vínculo com a cidadania de classe e com o aprofundamento da democratização ampla da vida social que pode nos conduzir a novas luzes na efetivação de um exercício profissional de nova qualidade, que contribua para o processo de construção de um novo bloco histórico na sociedade, com a hegemonia daqueles que criam a riqueza e dela não se apropriam (IAMAMOTO, 1992, p. 130).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações obtidas na elaboração do perfil dos assistentes sociais que estão inseridos na Política de

Educação nos municípios paulistas pesquisados, ressaltam-se alguns indicadores.

Em relação às características pessoais dos assistentes sociais a referida pesquisa confirmou a tendência histórica da profissão, ou seja, a categoria é predominantemente feminina.

Sobre a condição conjugal a maioria respondeu que são casadas e em relação à faixa etária verificou-se que 45% encontram-se na faixa etária entre 31 e 40 anos de idade e 34% entre 41 e 50 anos.

As características pessoais dos assistentes sociais, que atuam neste espaço sócio ocupacional coincidem com as informações obtidas na pesquisa geral do perfil dos assistentes sociais do Brasil, realizada pelo CFESS em 2004.¹⁰

Outro indicador que se destaca refere-se à formação profissional, especificamente ao abordar a formação continuada dos assistentes sociais verificou-se que parcela significativa dos pesquisados participam de cursos de especialização (54,55%).

Esta informação revela o comprometimento dos profissionais que atuam no âmbito da política de educação com o aprimoramento profissional e também permite inferir que a pós-graduação *latu sensu* ainda é a mais acessível.

É importante frisar também o tempo de experiência dos profissionais entrevistados na Política de Educação que revela o período que houve a maior incidência de contratação de assistentes sociais para atuar na rede municipal de ensino conforme segue: década de 80, com 10,90% de contratação; Década de 90, perfaz o total de 30,90% e depois do ano 2000 somam-se 58,20% de assistentes sociais inseridos na área da educação.

Estes dados corroboram a relevância da discussão sobre este espaço sócioocupacional de intervenção do assistente social, pois foi constatado que, nos últimos anos, houve uma expansão na requisição deste profissional neste contexto, demonstrando, portanto que há potenciais demandas profissionais que necessitam da intervenção do referido profissional.

¹⁰ Pesquisa O perfil profissional do assistente social no Brasil, realizada em 2004 pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – responsável pela coordenação geral e pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – responsável pela coordenação técnica.

Neste sentido, entende-se que conhecer e interpretar o perfil dos profissionais que atuam no âmbito da política de educação é importante para identificar elementos que conformam à denominada 'identidade profissional' que, por fim, contribui para o desvelamento do significado social da profissão, suas condições objetivas e subjetivas que inferem no fortalecimento do projeto ético-político profissional.

MARTINS; E. B. C. The profile of social workers who work with the municipal education in the state of Sao Paulo. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 19, n. 1, p. 295-320, 2010

- *ABSTRACT: This article was produced the information and reflections obtained in the Doctor's Degree research denominated - Education and Social Service: link for construction of the citizenship, defended in PUC/SP, in 2007. It is about the professional profile of the professionals that are inserted in the municipal net of teaching in the twenty eight municipal districts from São Paulo that participated in the referred research.*
- *KEYWORDS: Social Service. professional profile. municipal basic education.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. Parecer sobre os projetos de Lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. *Caderno Especial*. 4. ed. n. 26. 25 nov./ 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>> Acesso em: jan. 2005.

BRASIL. Resolução CFESS n°. 273, de 13 de março de 1993. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*.

DIRETRIZES Gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08/novembro/1996).

FORMAÇÃO Profissional: trajetórias e desafios. *Cadernos ABESS*, São Paulo: Cortez, n. 07, p.58 – 76, 1997.

_____. *As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo: Trajetórias e desafios*. Texto-base da Conferência Inaugural do XVIII Seminário Latinoamericano de Escolas de Trabalho Social, São José, Costa Rica, jul. 2004.

- _____. *O serviço social na contemporaneidade: i* São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.
- MARTINS, E. B. C. *Educação e Serviço Social: elo para construção da cidadania*. 2007. Tese – PUC/SP, São Paulo, 2007.
- MARX, K. *Para crítica da economia política e outros escritos*. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores).
- MIOTO, Regina Célia T.; CAMPOS, Marta Silva. *Política de Assistência Social e a posição da família na Política Brasileira*. Revista SER, UnB, n. 12, jan./jun. 2003.
- NETTO, J.P. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social*. CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, módulo 1, 1999.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, 1996.
- _____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. O movimento de reconceituação 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 85, p. 5-19, 2005.
- NOGUEIRA, C. M. *A feminilização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- SEVERINO. O poder da verdade e a verdade do saber. In: MARTINELLI et.al (orgs). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas de saber*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SZYMANSKI, H. *Trabalhando com famílias*. São Paulo: IEE/PUC-CBI, 1992, p. 40.
- TEIXEIRA, N. L. A . Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. *Caderno*

Especial, n. 26, 4. ed. Disponível em:

<<http://www.assistentesocial.com.br>> Acesso em: 25 nov. 2005.

YASBEK, M.C. O serviço social como especialização do trabalho coletivo. In: *Capacitação em serviço social e política social*. Módulo 2. Brasília: Cead, 1999.

Artigo recebido em 03/2010. Aprovado em 04/2010.

